



A cidade de Porto Velho e as transformações no espaço urbano: Uma análise a partir da sua formação socioespacial

The city of Porto Velho and the transformations in the urban space: An analysis from its socio-spatial formation

La ciudad de Porto Velho y las transformaciones en el espacio urbano: Un análisis de su formación socioespacial

Cláudia Pinheiro Nascimento

Centro Universitário UniProjeção
nascimento.cp@gmail.com

Maurício Silva

Agência Nacional de Águas
msilvageo@gmail.com

Resumo: Este artigo visa contribuir para o debate sobre o processo de formação socioespacial e da produção do espaço urbano da cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, enquanto cidade amazônica, fruto dos processos de incorporação nacional e internacional da fronteira. Nesse sentido, as análises aqui arroladas se direcionaram para o resgate do processo histórico de constituição dessa aglomeração, tendo por recorte temporal o período compreendido entre o século XIX até os dias atuais. Neste artigo, foram destacados os aspectos que balizaram a formação da cidade, enfatizando as relações econômicas, políticas, sociais e culturais que contribuíram para a ocupação do espaço, demonstrando que as dinâmicas espaciais da cidade de Porto Velho estiveram associadas a ciclos econômicos e atividades externas desde o início da implantação da cidade, condição que permanece.

Palavras-Chave: Porto Velho; Espaço Urbano; Formação Socioespacial.

Abstract: This article aims to contribute to the debate on the process of socio-spatial formation and urban space production in the city of Porto Velho, the capital of the state of Rondônia, an Amazonian city resulting from national and international frontier incorporation processes. In this

sense, the analyses presented here were directed towards the recovery of the historical process of constituting this agglomeration, with a temporal focus on the period from the 19th century to the present day. This article highlighted the aspects that guided the city's formation, emphasizing the economic, political, social, and cultural relations that contributed to the occupation of space, demonstrating that the spatial dynamics of Porto Velho have been associated with economic cycles and external activities since the city's inception, a condition that persists.

Keywords: Porto Velho City; Urban Space; Sociospatial Formation.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo contribuir para el debate sobre el proceso de formación socioespacial y de la producción del espacio urbano de la ciudad de Porto Velho, capital del Estado de Rondônia, como ciudad amazónica resultante de los procesos de incorporación nacional e internacional de la borde. En ese sentido, las análisis aquí enumerados se dirigieron al rescate del proceso histórico de constitución de esta aglomeración, teniendo como corte temporal el período que va del siglo XIX a la actualidad. En este artículo, se destacaron los aspectos que orientaron la formación de la ciudad, enfatizando las relaciones económicas, políticas, sociales y culturales que contribuyeron para la ocupación del espacio, demostrando que la dinámica espacial de la ciudad de Porto Velho estuvo asociada a ciclos económicos y actividades externas desde el comienzo de la implantación de la ciudad, condición que se mantiene.

Palabras clave: Porto Velho; Espacio Urbano; Formación Socioespacial.

Introdução

A urbanização da cidade de Porto Velho esteve associada aos dobramentos do processo de incorporação e constituição do estado de Rondônia, assim como, aos processos de integração da Amazônia, no caso, a Meridional, na medida em que o capitalismo ampliava suas fronteiras.

Na análise do processo de ocupação e urbanização de Porto Velho se faz presente os reflexos das circunstâncias da expansão da fronteira interna brasileira, em uma associação com as políticas internacionais e seus reflexos na Amazônia, assim como as políticas que fizeram parte do recente Regime Militar (SANTOS, 2001). Dentro dessa perspectiva, não se pode separar as etapas da urbanização de Porto Velho do processo de formação do estado de Rondônia, uma vez que as políticas implantadas para a incorporação e ocupação deste (como parte da própria integração amazônica como um todo) impactaram diretamente a formação socioespacial de Porto Velho, sua capital, por onde tudo começou.

A compreensão das especificidades do processo de urbanização da cidade de Porto Velho precisa levar em conta os aspectos iniciais responsáveis pela formação da cidade, a importância dos aspectos naturais, as intenções dos grupos sociais envolvidos, as lógicas dos processos e suas manifestações no espaço urbano dentro de uma perspectiva histórica, para que se evidenciem as continuidades e descontinuidades do processo.

Este artigo considera, portanto, segundo Santos (1982) a categoria de formação econômica e social, pois a compreende como a mais adequada para auxiliar a formulação de uma teoria válida do espaço. Esta categoria refere-se à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas, das quais, mais frequentemente, lhes provém o impulso. A base da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço em que o grupo se confronta.

A teoria de Santos (1982; 2008) constitui-se como uma das possibilidades de se compreender a construção dos espaços urbanos amazônicos, dentro das suas singularidades a partir da implantação de políticas de desenvolvimento homogeneizantes, pois permite uma leitura multiescalar, dentro de uma construção histórica onde se torna possível

compreender a ação das políticas internacionais e nacionais na organização do espaço urbano local.

Este artigo está estruturado neste sentido, e vai buscar elencar os elementos que estiveram envolvidos na construção do espaço urbano de Porto Velho, a partir de uma análise dialética da forma da cidade, frente ao conteúdo que assume, considerando a maneira como os diferentes elementos sociais, políticos, econômicos, ideológicos e culturais se inter-relacionam, associados aos diferentes processos envolvidos no movimento de transformação.

No intuito de responder à pergunta: Como ocorreu o processo de urbanização de Porto Velho a partir de uma leitura do processo de formação socioespacial associado à constituição do estado de Rondônia? Busca-se compreender o processo de urbanização da cidade de Porto Velho considerando os elementos responsáveis pela formação socioespacial da cidade e sua associação à criação do estado de Rondônia, a partir do qual foram delineados três eixos teóricos para tratarmos da questão: 1) Formação socioespacial da cidade de Porto Velho; 2) Dinâmicas internas e externas na formação do espaço urbano; 3) Associação com a constituição do Estado de Rondônia.

A pesquisa consiste em uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória cujo cenário é o espaço urbano de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia. A metodologia de pesquisa se materializou nos seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica (GIL, 2022) e pesquisa documental que teve como objeto os dados estatísticos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como documentos históricos sobre a constituição da cidade de Porto Velho.

Este artigo está estruturado em quatro capítulos considerando as principais atividades econômicas e dinâmicas sociais envolvidas na organização e transformação do espaço urbano de Porto Velho, representados em três cenários que o definem: 1) A Porto Velho Extrativista; 2) A Porto Velho dos processos de Colonização e, 3) A Porto Velho desenvolvimentista, que inclui a implantação das Usinas de Santo Antônio e Jirau, as obras de integração do IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana) e as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Porto Velho Extrativista

O período que compreende os momentos em que o espaço da cidade teve como elemento transformador o trabalho do homem, inserido em atividades extrativistas está ora denominado de Porto Velho Extrativista (NASCIMENTO, 2009). Estas atividades compreendiam em ações para a manutenção da sobrevivência do povo inserido na região, mas envolveram sobretudo, ações de cunho Internacional e Nacional que visavam apropriar-se das riquezas naturais da região. A cidade de Porto Velho surge dentro do contexto de atender às demandas de produtos necessários para o desenvolvimento do capitalismo em outras regiões, não considerando as necessidades da população local e, nem tão pouco a cultura regional.

As atividades extrativistas e o surgimento da cidade de Porto Velho

Os núcleos implantados pelos padres jesuítas na região do futuro estado de Rondônia, se apropriaram do modo de organização das sociedades indígenas, e as utilizaram como ponto de transferência de excedentes econômicos para a metrópole europeia, dentro do monopólio exclusivista do mercantilismo da época, pois a implantação da empresa militar e missionária estava associada à manutenção desse processo. Esses grupos instáveis e nômades com a chegada dos europeus, tornaram-se mão de obra forçada para o comércio colonial.

As comunidades indígenas continuavam a manter sua sobrevivência da apropriação dos elementos naturais, o início da exploração da borracha em meados do século XIX, traz à região para o circuito de exploração dentro dos moldes capitalistas.

A exploração do látex é o fator responsável pelo início da construção da Ferrovia Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), condição que propiciou a moldagem de um espaço antes ocupado pela mata e agora aos poucos preenchidos por atividades típicas do modo de vida urbano.

Formou-se então, um populoso núcleo urbano com um porto fluvial de grande movimento que serviu como base para a criação da atual cidade de Porto Velho. Esse momento vai representar uma nova dinâmica, com o início do comércio e de atividades típicas de áreas urbanas.

zadas, fator associado à mão de obra que se deslocava para a região, que se constituía, sobretudo, de trabalhadores assalariados (TEIXEIRA; FONSECA, 2002).

A inserção dos trabalhadores dentro do regime de trabalho assalariado foi, naquele momento, um fator importante na transformação do espaço urbano de Porto Velho, que passou a se desenvolver visando atender às demandas da população que se implantava na região. Estas demandas que surgiam, estavam associadas à construção de serviços e produtos típicos de uma sociedade urbana, mas também envolviam atividades do setor informal da economia (SILVA, 1991).

Com a finalização da EFMM, no ano de 1912, temos a vila¹ de Porto Velho que já apresentava algumas ruas. A área ao redor das instalações da EFMM eram as mais dotadas de serviços públicos urbanos, e a cidade expandia-se cumprindo a função de comportar a população de baixa renda (CARVALHO, 2009).

A criação do município de Porto Velho em 1914, por incentivo da EFMM, trouxe para a região um grande fluxo migratório que compreendia desde trabalhadores braçais até o pessoal mais qualificado para compor o alto escalão da administração, o que demandou a criação de infraestrutura e alojamento, tais como edificações de uso propriamente industrial, como também residências, alojamentos, usina de geração de eletricidade, sistema de telefonia, captação de água, porto fluvial, armazém para abastecimento dos funcionários, lavanderia, inclusive uma fábrica de biscoitos e outra de gelo (TEIXEIRA; FONSECA, 2002).

A cidade de Porto Velho dentro deste contexto já nasce segregada, com áreas bem definidas quanto à ocupação segundo as classes sociais. A diferenciação da ocupação espacial se dá de duas formas: uma referente à localização, onde as classes sociais mais privilegiadas ocupavam as áreas de menor impacto natural e outra, referente à qualidade das habitações, que se diferenciavam quanto ao material utilizado (NASCIMENTO, 2009).

A organização espacial segregada da cidade de Porto Velho desde o início da sua implantação compreende o reflexo da sociedade que se implanta na cidade, apresentando papéis muito claros quanto a quem

¹ Porto Velho foi uma vila até o ano de 1919 quando foi elevada à categoria de cidade pela lei nº 1.011 de 7 de setembro.

comandaria os modos de produção e quem seriam seus representantes, assim como quem trabalharia para que o processo se efetivasse.

O abastecimento de gêneros alimentícios do aglomerado urbano inicial da cidade de Porto Velho não provinha em sua totalidade de áreas externas à região extrativista. Havia um setor interno dedicado à produção de alimentos, uma área rural no entorno do núcleo urbano dedicada às culturas hortifrutigranjeiras, fator que contribuiu para que a configuração espacial desse período apresentasse paisagens que não estavam associadas apenas à exploração da borracha.

Mesmo assim, a queda nas exportações da borracha levou a região a enfrentar uma grande letargia econômica, o contrato com a empresa Madeira-Mamoré Railway Co. foi rescindido através do Decreto nº 1.547, de 5 de abril de 1937, sendo a ferrovia estatizada pelo governo de Getúlio Vargas, como forma de garantir a continuidade de parte dos serviços oferecidos pela EFMM, além da garantia da organização econômica e social que girava em torno desse empreendimento (TEIXEIRA; FONSECA, 2002).

Nos seringais, a produção encontrava-se paralisada ou reduzida a níveis ínfimos, os seringueiros abandonavam suas colocações em busca de outras atividades que lhes permitissem a sobrevivência. Parte da mão de obra ociosa passou a se ocupar da produção de alimentos, que foi o que manteve a economia local juntamente com o comércio, condição que permanece até o restabelecimento da produção da borracha na década de 1940.

A economia ganha novamente um incremento, quando a borracha nativa volta a obter importância no comércio internacional a partir da década de 1940, com a Segunda Guerra Mundial. Neste momento, a cidade de Porto Velho vai sofrer alterações quanto ao seu desenvolvimento econômico e social, associadas, aos novos migrantes (nordestinos em sua maioria), aos chamados “soldados da borracha”, e a dinâmica econômica imposta pela produção gomífera (SANTOS, 2001).

O segundo ciclo da borracha também vai ser marcado pela intervenção da política internacional nas transformações do espaço de Porto Velho, manifestos nas ações do governo estadunidense que promoveu o chamado Acordo de Washington, visando o esforço conjunto dos governos do Brasil e dos Estados Unidos para o aumento da produção

da borracha amazônica, e seu fornecimento às indústrias dos Estados Unidos. Esse acordo previa medidas destinadas a interferir nas relações de produção estabelecidas no sistema extrativista (NECES, 2004).

Parte destas ações estavam embasadas nos discursos nacionalistas de Vargas, que via na região a necessidade de integrá-la, como “Terra do futuro”, estando o migrante nordestino preparado para tal desafio (D’ARAÚJO, 1992).

O espaço urbano da cidade de Porto Velho vai refletir esse novo momento marcado pela atuação direta do Estado Nacional, manifesto no papel que assume como centro polarizador dos órgãos criados para dar suporte à produção gomífera (NASCIMENTO, 2009), que se manifesta com a criação dos órgãos, juntamente com a intensificação dos serviços e do comércio na região, no intuito de atender a nova classe que surge, os funcionários públicos.

A elevação da cidade de Porto Velho, à categoria de capital no ano de 1943, juntamente com a criação do Território, proporcionou à região um aumento significativo da população urbana. Assim, a cidade que já detinha posição importante como ponto de entroncamento entre os meios de transporte fluvial e ferroviário, além da sua posição como distribuidora de bens e serviços da região, foi equipada com novas funções administrativas.

Apesar da importância da cidade de Porto Velho para o desenvolvimento do estado de Rondônia, seu papel na rede urbana ainda não alcançava o status de centro regional, uma vez que, a exploração do látex esteve voltada para duas áreas específicas: Porto Velho e Guajará-Mirim, não desenvolvendo as demais regiões do estado, que se apresentavam até o momento com pouca expressão (NASCIMENTO, 2016).

A reativação do abastecimento da borracha asiática provocou êxodo rural e como forma de conter esse fluxo, o governo do Território do Guaporé implantou novas colônias agrícolas, que buscavam abastecer as duas maiores cidades do Território: Porto Velho e Guajará-Mirim. As colônias agrícolas que já influenciavam a dinâmica econômica da sociedade comportando o circuito inferior da economia, passa a ser o principal elemento de manutenção econômica quando a borracha entra novamente em declínio.

Segundo Santos (2001), entre os anos de 1948 e 1959, foram criadas pelo governo do Território as colônias de lata, na cidade de Guajará-Mirim, e as de Areia Branca, Candeias, Nipo-Brasileira, Treze de Setembro e Paulo Leal na cidade de Porto Velho, e uma na localidade de Calama, além da colônia agrícola do Beiradão que nasceu espontaneamente.

Diferentemente do processo de estagnação e decadência da borraça, como no seu primeiro ciclo, dessa vez o estado de Rondônia não se despovoou. Ao contrário, uma nova onda de migrantes afluiu, aumentando a população das cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, principalmente nas áreas onde estavam localizadas as colônias agrícolas (TEIXEIRA; FONSECA, 2002).

A cidade de Porto Velho a partir da década de 1950 vai passar por mais um período de transformações, sobretudo, na configuração espacial. Sua elevação à categoria de território, associada à exploração da cassiterita, impõe um novo ritmo à cidade, que se constitui numa praça comercial e num pólo de atração populacional.

A cidade assume a condição de centro regional tornando-se o local de atração para a população do Estado de Rondônia que buscava serviços mais sofisticados, mas também, comportava muitas atividades do setor informal da economia. Coexistiam na cidade neste momento, atividades modernas e tradicionais, que juntas direcionavam o desenvolvimento local (NASCIMENTO, 2016).

Ainda na década de 1950 foi elaborado o Primeiro Plano Diretor da cidade pelo Engenheiro Petrônio Barcelos, assim como o primeiro sistema de captação e distribuição de água tratada na cidade (CARVALHO, 2009).

Segundo Barcelos (2015), a cidade nesse momento apresentava sua malha ortogonal consolidada como elemento organizador de seu traçado urbano, condição que seria alterada pelo desenho proposto em 1950. Todas as alterações propostas pelo Plano Diretor no ano de 1950, não vão conseguir acompanhar a onda de transformações pela qual a cidade vai passar nos anos seguintes, fruto da nova forma com que a fronteira vai se traduzir na região, associada à descoberta da cassiterita, em jazidas localizadas nas áreas rurais do município de Porto Velho.

A incorporação da fronteira pela cassiterita em Porto Velho vai refletir diretamente nos fluxos migratórios que se deslocam para a região, e conseqüentemente na composição da população. Da década de 1950

para a década de 1960 a população do município de Porto Velho passa de 27.244 para 50.695 pessoas, um aumento de 86,07%, com predominância da população masculina (56%) condição associada, sobretudo, ao domínio da atividade garimpeira (IBGE, 1960).

Durante a década de 1960, segundo os dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), a migração teve o seu maior contingente procedente da própria Amazônia; os amazonenses totalizaram 8.147 migrantes, seguidos pelos nordestinos com 5.693 migrantes, dos quais 4.439 provinham do Ceará (FIEBGE, 1960).

Nesse período, referente ao primeiro ciclo que durou até março de 1971, toda a exploração da cassiterita era feita manualmente. Como as relações comerciais de venda da cassiterita se efetivavam em Porto Velho, envolvendo o circuito superior da economia onde o Capital era a condição para a sua efetivação, a cidade de Porto Velho tem sua economia revitalizada, e seus reflexos passam a se apresentar na organização do seu espaço urbano. A cidade expande-se e o comércio local torna-se referência em todo o estado de Rondônia.

Outro fator que contribuiu para o incremento da população da região foi a consolidação da construção da BR-29, essa ligação terrestre com o restante do país impactou bastante a região, que agora passa a relacionar-se diretamente com as Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. O transporte rodoviário apresenta a vantagem de possibilitar ligações mais frequentes, mais rápidas e mais seguras.

A proibição do garimpo manual, no início da década de 1970, vai apresentar reflexos diretos na cidade de Porto Velho que se torna o local de atração da população que sairá das áreas de garimpo, segundo Teixeira e Fonseca (2002, p.168), havia cerca de dez mil pessoas ligadas diretamente à garimpagem, e trinta mil indiretamente, para uma população de cem mil habitantes em todo o Estado de Rondônia. As atividades comerciais decaíram e o desemprego tornou-se alarmante principalmente na área urbana de Porto Velho, local que concentrava o maior fluxo de comércio.

Dentro desse contexto, dois processos distintos se estruturavam. O primeiro, relacionado ao inchaço da cidade de Porto Velho, que concentrou toda a mão de obra dispensada do garimpo, e que passa agora a sofrer com a falta de infraestrutura para comportar toda a demanda

populacional que se desloca para a região, e o segundo, relaciona-se à falta de emprego e do corolário de problemas sociais decorrentes (TEIXEIRA; FONSECA, 2002).

Sendo assim, a compreensão do processo de formação socioespacial da cidade de Porto Velho, desde o período inicial de implantação do seu núcleo urbano é de fundamental importância, pois as rugosidades deixadas por cada momento, a atuação dos grupos sociais envolvidos e a forma como organizavam sua sociedade vão ser o substrato para que as demais formas de produção do espaço se estabeleçam (NASCIMENTO, 2016).

Porto Velho dos projetos de colonização

Quando tratamos Porto Velho como fruto dos projetos de colonização, queremos demonstrar a importância que as políticas nacionais tiveram na organização dos seus espaços, manifestadas na forma dos projetos de colonização, como um processo em curso, sem desconsiderar as demais atividades que já estiveram envolvidas no processo de constituição do seu espaço urbano.

A influência dos projetos de colonização na organização espacial da cidade de Porto Velho

As políticas implantadas para o estado de Rondônia no ano de 1970, com foco no estabelecimento dos projetos de colonização, irão refletir na construção dos cenários da produção urbana da cidade de Porto Velho, tratando-se de um momento marcado pela substituição do extrativismo vegetal pela cultura agrícola (NASCIMENTO, 2009).

A agricultura tornou-se neste momento a alternativa mais viável para a resolução dos problemas socioeconômicos gerados com o embargo da extração manual da cassiterita e, principalmente, com o fim do ciclo da borracha. Além disso, resolveria a preocupação do Governo Militar com as questões geopolíticas (vigilância das fronteiras) e com a integração da região (incorporação socioeconômica).

A implantação de projetos de colonização, fundado na propriedade familiar preconizada pelo Estatuto da Terra, foi a opção adotada pelo então Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), pois se constituía numa atividade capaz de absorver a mão de obra disponível, sem ne-

cessitar de atividades econômicas elaboradas. O Estado de Rondônia vai, então, vivenciar todo esse processo através das políticas de colonização dirigida² que são implantadas através do Plano de Integração Nacional (PIN) pelo Governo Militar na década de 1970 (SANTOS, 2001).

A cidade de Porto Velho vai apresentar mudanças significativas em função da expansão da atividade agrária, decorrente da colonização deflagrada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que exigiu também a implantação de órgãos federais encarregados da administração dos projetos e da assistência ao trabalhador rural, e que foram, na sua maioria, localizados na capital. Empresas privadas também foram atraídas pelo surto desenvolvimentista, instalando seus escritórios locais na cidade. Profissionais liberais, mobilizados pela iniciativa governamental e privada, passaram a implantar em Porto Velho escritórios de firmas comerciais especializadas.

Todos esses fatores mobilizaram recursos humanos com maior poder aquisitivo que a maioria da população já residente, ampliando o mercado consumidor local e regional, incentivando a instalação de novos estabelecimentos comerciais e de serviços, principalmente os referentes ao crédito, à saúde e ao ensino. Associado a todos estes fatores, podemos agregar uma outra condição que foi fundamental entre os processos de colonização implantados na Amazônia, o Estado de Rondônia se constituiu com uma particularidade, pois seu processo de colonização foi de natureza totalmente oficial. Os modos de conceder as terras em Rondônia foram a grande empresa capitalista e um novo tipo de campesinato (por ter que considerar o mercado) (HENRIQUES, 1986).

As ações referentes as implantações dos projetos de colonização em Rondônia ocorreram a partir de duas modalidades de assentamento. No primeiro momento, através do Projeto Integrado de Colonização (PIC), que apenas distribuía os lotes aos interessados, sem nenhuma seletividade. Numa etapa posterior, criou-se o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD), que obedecia já a critérios para o assentamento (HENRIQUES, 1986).

2 O decreto nº 59.428 de 27 de outubro de 1966 estabeleceu que: "colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão de lotes e parcelas, dimensionadas de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através de cooperativas de produção nelas previstas" (SANTOS, 2001, p.70)

Segundo Santos (2001) o processo colonizador era parte da implantação da modernidade no campo brasileiro, que criaria espacialidades, na forma de unidades familiares de produção agrícola, com recursos governamentais, associados à uma racionalidade urbana no sentido tecnológico, associada a construção da psicoesfera (SANTOS, 2002).

Os camponeses que se deslocaram para essas áreas, apesar de manterem traços da agricultura de subsistência, passaram a se inserir num contexto social caracterizado pela presença da cidade. A forte influência urbana aparece no fornecimento de ferramentas, insumos e até mesmo na alimentação, além de exigir dos colonos alguma escolaridade e traquejo no trato com as instituições, processo denominado de expansão da *praxis urbana* (LEFEBVRE, 1969).

O fluxo migratório nesse período compreendia em grande parte migrantes das regiões Sul e Sudeste, que apresentavam um padrão de vida superior à do caboclo amazônico e do imigrante nordestino. Sendo assim, a ocupação de novas áreas pela atividade agrária, acarretou a expansão de um mercado consumidor de nível mais elevado, levando alguns centros urbanos, como a cidade de Porto Velho, a se reequiparem para atender às novas necessidades desse mercado (SANTOS, 2001).

A cidade de Porto Velho apresenta-se também como um importante centro de comércio de produtos rurais, possuindo beneficiamento de arroz, borracha, castanha e mais de vinte serrarias. Seu comércio varejista já apresentava certa diversificação, sendo encontradas lojas de eletrodomésticos, joias, relógios, mobiliário, ferragens e outros, sua influência estende-se a todos os núcleos da região (FIBGE, 1979).

Os problemas de regularização fundiária presentes nas áreas rurais também se manifestam no espaço urbano, em função das terras em questão pertencerem à União, legado da condição de Território Federal (SANTOS, 2001).

Nas áreas mais afastadas do centro da cidade de Porto Velho as condições urbanas eram precárias, não existia sistema de saneamento de esgoto, nem água tratada e muitas delas não apresentavam, sequer, iluminação pública. Estes bairros localizavam-se em áreas mais afastadas da região central, e tinham como facilidade para a sua implantação a falta de documentação das terras que se encontram no domínio da União (NASCIMENTO, 2009).

Foi também nesse período que os problemas urbanos passaram a ocorrer com maior força no cenário urbano de Porto Velho, surgindo a necessidade do desenvolvimento e aplicação de planos urbanísticos que visassem melhorar o desenvolvimento urbano, sendo assim, no ano de 1972 foi elaborado o Plano de Ação Imediata (PAI) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) sobre a supervisão do professor arquiteto e urbanista Joaquim Manoel Guedes Sobrinho, seguindo o Termo de Referência elaborado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SFHU) (BARCELOS, 2015).

O Projeto Especial para Cidades de Médio Porte implantado em 1984 realizou um estudo identificando as áreas de pobreza da cidade de Porto Velho, utilizando como parâmetros para a definição dessas regiões as ocupações irregulares, a existência de habitações rústicas ou improvisadas, a ocupação nas margens dos igarapés, além da renda familiar e o número de famílias (BARCELOS, 2015). Segundo o diagnóstico as principais necessidades eram: pavimentação, esgoto, água, iluminação pública, legalização fundiária, drenagem, limpeza e abertura de ruas (BARCELOS, 2015).

Um novo processo passa a se estabelecer em Rondônia entre os anos de 1980 e 1985, a quantidade de famílias atraídas pela propaganda de terras disponíveis foi tão grande que o INCRA se viu obrigado a implantar um novo tipo de assentamento denominado Projeto de Assentamento Rápido (PAR), que pretendia assentar famílias que viviam em regimes de parceria ou assalariados em lotes já ocupados, ou que estavam acampadas em áreas urbanas próximas aos projetos. Estas novas formas de assentamento já são o reflexo do fim do regime militar e das políticas de aplicação dos projetos de colonização de natureza oficial, a implantação do processo democrático vai trazer novos rumos para o Estado de Rondônia.

O fim da distribuição de terras em Rondônia, não levou a um despovoamento e, nem tão pouco o fim do desenvolvimento das atividades agrícolas e madeireiras na região, muito pelo contrário estas atividades se fortaleceram e se tornaram as principais atividades econômicas do estado.

A descoberta do ouro no rio Madeira e a instalação do Estado local como indutores das transformações dos espaços urbanos de Porto Velho

As transformações vivenciadas pela cidade de Porto Velho na década de 1980 estiveram associadas a dois processos: a exploração de ouro no rio Madeira e a instalação do Estado local.

Os dados populacionais da cidade na década de 1980 são reflexos das políticas implantadas nas décadas anteriores, mas especificamente na década de 1970. Nesse período, a cidade de Porto Velho apresentava uma população de 133.898 habitantes, um acréscimo de 108% em relação à população de 1970, com sua maioria 77% (102.978) na zona urbana.

É preciso destacar, que neste momento o quadro político nacional passava por um momento brusco de transformação, quando temos o fim da ditadura militar e a implantação do regime democrático. Neste momento de reestruturação da política nacional, os projetos e programas voltados para a região amazônica passam por um período de estagnação, somente sendo retomados com maior intensidade na década de 1990, quando adquirem um caráter preservacionista.

A proximidade dos garimpos da cidade de Porto Velho impactou bastante sua vida urbana, na forma de problemas sociais e ambientais. Houve encarecimento dos bens e serviços, dos aluguéis e dos imóveis, aumento da violência e da prostituição, disseminação de doenças. A utilização do mercúrio e de técnicas ultrapassadas na garimpagem trouxe a poluição e a contaminação das águas, e do meio biótico, além de processos erosivos dos leitos dos rios e sedimentação dos canais navegáveis (SANTOS, 2001).

Nesse momento a cidade de Porto Velho apresenta uma área central tanto estruturada em termos comerciais e administrativos quanto em termos de infraestrutura. A partir daí sua expansão horizontal começa a seguir rumo à Zona Leste, acompanhando o eixo da BR-364 no sentido da cidade de Cuiabá, em razão da existência de uma área militar do Exército na Zona Sul e do aeroporto e da Base Aérea na Zona Norte, bloqueando a expansão urbana (NASCIMENTO, 2009).

Este processo de ocupação desenfreada da cidade de Porto Velho, levou a elaboração no ano de 1987, pela Prefeitura Municipal de Porto Velho na gestão do prefeito Tómas Guilherme Correia, de mais uma

tentativa de implantação de um Plano Diretor, buscando vencer o problema das invasões de terra na forma de ocupações irregulares (BARCELOS, 2015).

A década de 1980 vai ser o período em que as marcas das políticas, planos de desenvolvimento e atividades econômicas se apresentam mais presentes na organização do espaço urbano de Porto Velho, manifestando-se tanto de forma positiva quanto negativa. Os reflexos estiveram presentes na forma como a sociedade se organizou, estabelecendo uma elite que se estruturou em torno das atividades do estado, sobretudo, composta por funcionários públicos, fruto da implantação do Estado local. As atividades rurais se reorganizam, não mais associadas às ações do estado, mas inseridas dentro dos padrões capitalistas de produção, ao mesmo tempo em que convivem com modos tradicionais de cultivo da terra e exploração madeireira (NASCIMENTO, 2009).

Além dos problemas de estruturação urbana, relacionados à distribuição dos serviços urbanos, a cidade de Porto Velho passa a conviver com problemas ambientais e sociais relacionados sobretudo, com a exploração do ouro no rio Madeira, associado a isto, surgem as denúncias a nível internacional das altas taxas de desflorestamento no estado de Rondônia, quando se inicia a discussão da necessidade de aplicação de políticas que amenizem os problemas ambientais na região.

O reflexo das discussões sobre preservação ambiental no Brasil, iniciadas em meados na década de 1980, apresentam suas primeiras ações no estado de Rondônia na década de 1990, com a implantação de uma política de ordenamento ambiental: o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO³).

Segundo Santos (2001), o PLANAFLORO é o marco inicial da terceira fase de colonização induzida em Rondônia, sendo a primeira e a segunda de cunho tecnocrático, implementadas sob os auspícios do INCRA e do Polonoroeste. A terceira tinha a diretriz do zoneamento agroecológico oficial do PLANAFLORO, que pretendia envolver as comunidades alvo nas mais diferentes formas de organização da sociedade civil.

³ "A implantação do programa, em linhas gerais, visava os seguintes objetivos: a) reformulação das agências locais; b) conservação da biodiversidade rondoniana; c) proteção aos limites das áreas de reserva indígena; d) desenvolvimento, de modo integrado, da colonização agrícola sustentada e dos sistemas de manejo florestal; e) priorização de investimentos em infraestrutura e serviços para melhoria dos programas em áreas já ocupadas; e f) adequação da rede institucional local". (SANTOS, 2001, p.113)

Apesar do foco do PLANAFLORO estar ligado aos locais onde ocorreu a implantação dos projetos de colonização, áreas indígenas e locais com conflitos ambientais, a implantação e a funcionalidade do projeto influenciaram na dinâmica da cidade de Porto Velho, que no status de capital do Estado vai abranger a sede para o desenvolvimento do projeto, assim como, os recursos que nortearam a implantação do programa.

Neste momento, década 1990, o município de Porto Velho totalizava uma população 287.534 habitantes, o que representou um aumento de 115% em relação à década anterior, porém estes dados refletem o grande fluxo migratório que se estabelece na região ainda em função da exploração do ouro no rio Madeira, quando alcança seu ápice em meados da década de 1990, refletindo na composição da população urbana da cidade de Porto Velho, que apresenta seus maiores índices de crescimento.

A cidade Porto Velho vai vivenciar na década de 1990, a instauração do primeiro Plano Diretor após a Constituição de 1988, elaborado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade de São Paulo (USP), Fundação para a pesquisa em Arquitetura e ambiente (FUPAM), seu principal objetivo estava associado à reorganização do solo urbano, na tentativa de proporcionar o adensamento urbano, ocupando os espaços vazios e desestimulando a expansão da cidade (BARCELOS, 2015)

A década de 1990 representou para a cidade de Porto Velho, assim como para o estado de Rondônia, um período marcado por ações que visavam ordenar as ações vigentes nas décadas anteriores, na tentativa de amenizar os problemas existentes e criar novas formas menos predatórias de ocupação espacial, tanto aos aspectos relacionados aos problemas ambientais quanto sociais (NASCIMENTO, 2016).

Porto Velho desenvolvimentista

Este momento compreende o período em que as políticas de cunho desenvolvimentista voltam a ser o vetor de transformação dos espaços amazônicos, manifestando-se na cidade de Porto Velho através da implantação das Usinas de Santo Antônio e Jirau, das obras de integração do IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional

Sul Americana) e das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estas ações tiveram seu início no segundo mandato do governo Lula, mais especificamente no ano de 2008.

O retorno das políticas desenvolvimentistas e seus reflexos na organização da cidade de Porto Velho: As obras de Integração do IIRSA, a construção das Hidrelétricas do rio Madeira e as ações do PAC

O Complexo Madeira é um componente fundamental para a integração continental proposta pela Iniciativa para a IIRSA, a proposta de desenvolvimento expressa no Complexo Madeira está relacionada à integração competitiva da região amazônica aos mercados globais, de modo que a redução nos custos de transporte e energia viabilizaria a exportação de produtos e proporcionaria o desenvolvimento de novas atividades produtivas na região, inclusive a indústria, outrora incapaz de se desenvolver em decorrência do déficit na oferta de energia (WERNER, 2012).

Segundo Cavalcante (2008) as hidrelétricas constituíram nesse momento, um novo sistema de objetos a serem incorporados pelo estado de Rondônia, estando articuladas às escalas nacionais e internacionais de desenvolvimento econômico, sobrepondo e desestruturando a lógica de organização local, onde há contraposições de interesses entre os atores em relação ao uso do Território.

Sendo assim, as hidrelétricas foram o elemento gerador de novos arranjos no espaço urbano da cidade de Porto Velho no início do séc. XXI, consideradas as novas possibilidades fomentadas como: a atração populacional, a intensificação dos serviços e atividades econômicas e as tensões sociais e ambientais criadas.

Segundo Werner (2012) a potencialidade econômica da região sem os empreendimentos estaria relacionada ao reforço e aprofundamento das relações já existentes, entre elas, a exploração madeireira, a agropecuária e a extração mineral, sem alterações no padrão de ocupação vigente. Somam-se a isso, a reprodução do padrão dos serviços básicos, em decorrência das perspectivas de investimento serem incapazes de superar a precariedade na região, fatores que justificariam a implantação dos empreendimentos hidrelétricos.

A construção de um shopping center na cidade de Porto Velho, no ano de 2009, alavancou o comércio, atraindo empresas e lojas ainda não presentes na região, com destaque para os *fast foods* e grandes lojas de roupas e sapatos. A instalação do Shopping Center demonstra a dinâmica econômica cada vez mais complexa atingida pela cidade de Porto Velho frente ao estado de Rondônia, diante da capacidade de atrair investimentos do grande capital, neste caso a *Ancar Ivanhoe*, empreendedora de shoppings centers há 40 anos no Brasil (NASCIMENTO, 2016).

Face ao atrativo das obras das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, uma nova onda migratória inundou a cidade de Porto Velho, algo em torno de cem mil pessoas. Entre as pessoas que se deslocaram para a região tinham profissionais liberais, técnicos qualificados e trabalhadores braçais, a consequência desta onda migratória para a região foi um *boom* imobiliário (CAVALCANTE, 2008).

A população da cidade de Porto Velho no ano de 2010 alcançou 428.527 habitantes, um incremento de 28% em relação ao censo do IBGE de 2000. Esse incremento populacional está relacionado de forma direta com a implantação das obras das usinas de Santo Antônio e Jirau. A população urbana do município de Porto Velho no ano de 2010 era de 91% (390.733 habitantes).

A última manifestação da fronteira na Amazônia, se traduziu em Porto Velho como fronteira hidrelétrica (WERNER, 2010), como legitimadoras das ações da IIRSA, juntamente com as obras do PAC, quando novamente as políticas de cunho desenvolvimentistas passam a ser as indutoras das transformações do espaço amazônico.

Estes projetos se implantaram na região a partir de um compartilhamento público-privado de recortes territoriais, onde o Estado continua a desenvolver a sua função de legitimar os processos, viabilizando o repasse de serviços essenciais, bens territoriais à jurisdição totalizadora do capital, como fator indispensável a potencialização do desenvolvimento nacional (GARZÓN, 2009).

O modo de apropriação do espaço de Porto Velho, a partir da instalação das obras envolvidas no complexo do Madeira, reafirma a inserção periférica do Brasil na economia global, posicionando a região como fornecedora de commodities e energia aos circuitos nacionais e internacionais (HÉBETTE, (2004); GARZÓN, (2009); CARDOSO, (2009a),

WERNER, (2010), as custas da exploração dos recursos naturais, simbólicas, humanas e sociais da região.

Os dados do censo de 2022 demonstram essa condição quando temos somente 30,6% ou 169.540 pessoas ocupadas em serviços formais, sendo a média mensal salarial de 3,2 salários mínimos, o que demonstra que a economia local não apresentou crescimento significativo quanto a economia formal.

Segundo Garzón (2009), a potencialidade dos empreendimentos hidrelétricos acarretou desenvolvimento somente durante o momento de instalação das obras, que não passam de uma mera ilusão de prosperidade, pois essa condição não se manifesta na forma de melhoria da qualidade de vida da população, através da implantação e disseminação dos serviços de saúde, educação e de serviços públicos urbanos.

Os dados do IBGE que consideram as pessoas ocupadas no município de Porto Velho de 2006 a 2020, vem ao encontro do que Gárzon (2009) chama de ilusão de prosperidade, pois o ápice da quantidade de pessoas ocupadas acontece em 2013, o que coincide com o momento em que a construção estava na sua fase mais adiantada. Logo após, entre 2014 e 2020 o número de pessoas ocupadas começa a diminuir, período correspondente a finalização da construção do complexo de hidrelétricas do Madeira que finaliza em 2016 (tabela 01).

Tabela 01 - Pessoas ocupadas por ano em Porto Velho

| Ano | Quantidade de Pessoas Ocupadas |
|------------|---------------------------------------|
| 2006 | 118.716 |
| 2007 | 127.698 |
| 2008 | 139.797 |
| 2009 | 165.356 |
| 2010 | 192.999 |
| 2011 | 203.103 |
| 2012 | 206.468 |
| 2013 | 201.157 |
| 2014 | 198.502 |
| 2015 | 182.782 |
| 2016 | 172.175 |
| 2017 | 171.103 |

| | |
|------|---------|
| 2018 | 168.229 |
| 2019 | 165.583 |
| 2020 | 165.245 |

Fonte: IBGE (2006-2020).

A condição de dependência da cidade de Porto Velho a recursos provenientes de outras receitas para o seu desenvolvimento continua, mesmo após a implantação das usinas, apesar do discurso inicial de desenvolvimento regional que acarretaria. Atualmente 59% das receitas da cidade de Porto Velho são oriundas de fontes externas (IBGE, 2015).

Grande parte da população que se deslocou para a região em função da construção das usinas não permaneceu no local, sobretudo, a mão de obra especializada, os dados do censo de 2022 demonstram que a cidade nos últimos 12 anos apresentou um crescimento de apenas 6,92%, passando de 428.527 hab. (2010) para 460.413 hab. (2022). De todos os ciclos econômicos pelos quais a cidade de Porto Velho passou, a construção do complexo de hidrelétricas do Madeira foi o que menos acrescentou crescimento populacional.

O grande contingente atraído para a construção das usinas não permaneceu no local, assim como a mão de obra especializada que somente se fixou na região durante o momento em que a construção se estabelecia. A manutenção e o funcionamento das usinas requerem uma quantidade reduzida de mão de obra especializada, condição que não fixou essas pessoas na região.

A construção do complexo de usinas do Madeira compreendeu mais um ciclo econômico para a cidade de Porto Velho, conforme indicado em Nascimento (2009, 2016) e demonstrado pelos dados atuais, novamente a cidade vivenciou o crescimento e a efervescência econômica de um grande projeto que ao final não deixa heranças positivas para a cidade.

Identificados os interesses que permeiam a instalação dos projetos em Porto Velho, principalmente os setores primário-exportadores associados à integração da IIRSA, relacionada à integração competitiva da região amazônica aos mercados globais, é possível identificar que os discursos em prol do planejamento regional e nacional agiram no

sentido de reforçar o padrão de ocupação territorial vigente desde o período inicial de organização do espaço de Porto Velho, repetindo-se no momento presente.

Considerações Finais

A expansão do modelo capitalista conferiu à Porto Velho, enquanto cidade amazônica, uma condição periférica à função de produção nacional: como fornecedora de matéria-prima, (in)fundada numa percepção da inesgotabilidade dos recursos naturais; e de consumidora, permitindo aumentar assim mercados não acessíveis até então. Esta expansão veio associada a diferentes medidas governamentais (federais e de planejamento regional), com uma função complementar ao centro-sul do país, fatores estes que a partir da interação com as dinâmicas locais deram origem ao espaço urbano atual (NASCIMENTO, 2016).

Desde a sua origem a produção do espaço urbano de Porto Velho foi impulsionado através de ciclos econômicos, o que conferiu a região picos de crescimento, geralmente acompanhados de políticas públicas nacionais ou regionais. Estes picos de crescimento ora aconteciam na área urbana ora na área rural, mas sempre associados a um evento externo à região.

A cidade de Porto Velho tanto influenciou a dinâmica de constituição do Estado de Rondônia como sofreu influência direta de todas as políticas externas e internas instituídas a nível estadual, sendo possível afirmar que a relação de influência de ambos os espaços ocorreu de forma direta e intrínseca.

Porém, é possível afirmar que em nenhum dos ciclos ou políticas que estiveram associadas a dinâmica de produção do espaço urbano de Porto Velho conseguiram, após a sua implantação, fazer com que houvessem continuidades positivas na infraestrutura e na organização da cidade, trazendo crescimento momentâneo e sem mudanças significativas.

Se faz necessário repensar a forma como se tem aplicado as políticas e projetos de desenvolvimento para a cidade de Porto Velho, assim como para as cidades amazônicas que tem seguido uma lógica voltada para os interesses externos à região, não levando em consideração a dinâmica interna e nem tão pouco as necessidades da região.

Referências

- ALMEIDA, A.W.B.; MARIN, R.E.A. **Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação**: processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais: ribeirinhos, extrativistas e moradores das comunidades deslocadas por hidrelétricas no rio Madeira (RO): o reassentamento voluntário de Vila Jirau,19. Manaus: UEA edições, 2014.
- BARCELOS, G. da S. **Cidade imaginária e cidade real**: um estudo urbanístico sobre Porto Velho a partir do Plano de Ação Imediata de 1972. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.
- BARAÚNA, G. M. Q. Mobilização e conflito sócio-ambiental no Rio Madeira. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Ceará, v. 2, n. 5, p. 89-103, 2011.
- CARVALHO, J. **Um olhar sobre o urbanismo e a arquitetura de Porto Velho**. Porto Velho: Fundação Iaripuna de Cultura, 2009. 178 p.
- CARVALHO, G. Os bancos multilaterais e o Complexo Rio Madeira: a tentativa de garantir o controle dos recursos naturais da Amazônia para o grande capital. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida. (Org.). **Conflitos sociais no complexo madeira**. Manaus: PNCSA; UEA Edições, 2009a.
- CAVALCANTE, M. M. de A. **Transformações territoriais no alto madeira**: hidrelétricas, tecnificação e (Re) organização. 2008. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2008.
- D' ARAÚJO, M. C. Amazônia e Desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 7, n.19, jun. 1992.
- FIEBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica**. Rio de Janeiro: FIBGE, v. 50, 1979.

GARZON, L. F. N. O significado da privatização do Rio Madeira: O cercamento das bacias hidrográficas da Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Org.). **Conflitos sociais no Complexo Madeira**. Manaus: projeto novas cartografias sociais/ UEA, 2009.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004. (Os grandes Projetos, v.3).

HENRIQUES, M. H. F. T. Os colonos de Rondônia: Conquistas e Frustrações. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.47, n.3/4, jun./mar. 1986.

IBGE. **Censo Populacional**. Rio de Janeiro. 1950.

_____. **Censo Populacional**. Rio de Janeiro. 1960.

_____. **Censo Populacional**. Rio de Janeiro. 1970.

_____. **Censo Populacional**. Rio de Janeiro. 1980.

_____. **Censo Populacional**. Rio de Janeiro. 1990.

_____. **Censo Populacional**. Rio de Janeiro. 2000.

_____. **Censo Populacional**. Rio de Janeiro. 2010.

_____. **Censo Populacional**. Rio de Janeiro. 2020.

IIRSA. **Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana. Institucional**. Disponível em: <http://www.iirsa.org/PaisesIIRSA_POR.asp?CodIdioma=POR> Acesso em> jul. 2015

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

NASCIMENTO, C. P. **Cenários da produção espacial Urbana de Porto Velho**. 210f. 2009. Dissertação. (Mestrado em Geografia Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2009).

NASCIMENTO, C. P. Porto Velho: a produção do espaço urbano de Rondônia (1980 – 2010). **Revista Geografar**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 20-52, 2012.

NASCIMENTO, C. P. **As singularidades do processo de urbanização da Amazônia: uma leitura a partir das cidades de Porto Velho (RO) e Marabá (PA)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tópico Úmido, Belém, 2016.

NUNES, D. A.; TRINDADE JUNIOR, S. C. da.; CARDOSO, S. M. DE "Cidade dos notáveis" a "cidade corporativa": aspectos do circuito superior da economia urbana em marabá (PA). **Papers do NAEA**, Belém, n. 335, p. 1-26, 2014.

SANTOS, C. **A fronteira do Guaporé**. Porto Velho: EDUFRO, 2001. 202 p.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982. 2ª edição.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. (Coleção Milton Santos; 4).

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, A. G. da. **Amazônia**: Porto Velho. Porto Velho: Palmares, 1991. 140 p.

SILVA, R. C. P. da. **Qualidade de vida em Porto Velho, Rondônia: perspectivas do processo de desenvolvimento regional**. 341 f. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2013.

TEIXEIRA, M. A. D.; FONSECA, D. R.; **História regional: Rondônia**. 3. ed. Porto Velho: Rondoniana, 2002, 232 p.

WERNER, D. Dilemas socioambientais das regiões atingidas por barragens: o caso da UHE Santo Antônio. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, ANPPAS 10 Anos: Analisando os desafios teóricos e as novas agendas públicas, 5., 2010, Florianópolis-SC. **Anais...** Florianópolis-SC, 4 - 7 out. 2010.

_____. WERNER, D. Desenvolvimento regional e grandes projetos hidrelétricos (1990-2010): o caso do complexo madeira. **Inclusão Social**, v. 6, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/13418>>. Acesso em: 15 Set. 2016.

Cláudia Pinheiro Nascimento

Possui graduação em Geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2005), Graduação em Pedagogia pela Faculdade FIBRA - Brasília (2020), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (2009) e Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (2016). Professora universitária do Centro Universitário UniPROJEÇÃO. Coordenou os cursos de Geografia e História do Centro Universitário UniPROJEÇÃO (2017-2022). Coordenadora Institucional do Programa Residência Pedagógica - CAPES. Atualmente é Coordenadora da CAPE (Coordenação Acadêmica de Pesquisa e Extensão) do Centro Universitário UniPROJEÇÃO e Professora dos cursos de Licenciatura (Pedagogia, História e Geografia). Líder de grupo de Pesquisa com ênfase na construção de recursos tecnológicos para o ensino da Geografia e ênfase na formação continuada de Professores. Avaliadora de Periódicos Científicos; Membro de Órgãos Colegiados e Estruturantes; participante do corpo editorial de Revistas Científicas e Editoras.

A.E nº. 5 e 6, Setor C Norte, Taguatinga - Brasília - Distrito Federal, Cep: 72115-145
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4317-9269>
E-mail: nascimento.cp@gmail.com

Maurício Silva

Graduado em Geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2003) e Mestrado em Engenharia Civil pela UFSC (2008). Atualmente é Especialista em Geoprocessamento na ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico). Como pesquisador do INPE atuou na área de Dinâmica de Uso e Cobertura da Terra na Amazônia. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Cartografia, Sensoriamento Remoto, SIG e Geoprocessamento, atuando principalmente nos seguintes temas: meio ambiente, geografia, geoprocessamento, sensoriamento remoto e ordenamento territorial.

Setor Policial Sul, Brasília, Distrito Federal, Cep: 70610-200.
ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0000-3446-1444>
E-mail: msilvageo@gmail.com

Recebido para publicação em novembro de 2023
Aprovado para publicação em maio de 2024